



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750 - Bairro Centro Político e Administrativo
CEP 78049-941 - Cuiabá - MT - <http://www.tre-mt.jus.br/>

DECISÃO Nº 0869610/2024

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL

SEI nº 12678.2024-9

INEXIGIBILIDADE Nº 52/2024

Visto.

1. Trata-se de contratação direta da empresa FARNET INFORMÁTICA LTDA (CNPJ: 04.048.361/0001-69) para a realização de inscrição/capacitação de 02 (dois) servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (Franklânio Soares Maciel e Leon Manoel Campos dos Santos Filho), no curso online em tecnologia de banco de dados Oracle 19 c.

2. O feito foi instruído com os seguintes documentos:

- Proposta Comercial (ID 0854754);
- Estudo Técnico Preliminar – ETP (ID 0854761);
- Gerenciamento de Risco (ID 0854764);
- Termo de Referência (ID 0854762).
- Atestado de Capacidade Técnica (ID 056100);

- Pré-empenho 2024PE000783 (0857568);

- Declaração SICAF (ID 0856091).

3. Na Informação SPT 0856109, a Seção de Planejamento e Treinamento - SPT/CED registrou que o treinamento, objeto destes autos, foi *"previsto no PACTIC 2024 (SEI 09453.2023-0) como prioridade 1 e três servidores já realizaram o treinamento (SEI 03653.2024-2)."*
4. A Seção de Programação Orçamentária - SPO/COF, por meio da Informação SPO 0857517, informou que a despesa foi prevista na Proposta Orçamentária 2024, que há disponibilidade orçamentária e que o valor foi comprometido.
5. A Assessoria Jurídica deste Tribunal, por intermédio do Parecer nº 650 (0861919), após criteriosa análise da instrução processual, opinou conclusivamente *"(...) legitimidade e pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação da empresa **Farnet Informática Ltda.**, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, com o destaque da ressalva abaixo. 22. Sugere-se apenas que sejam juntadas NF's com relação aos cursos Backup e Recovery em Base de Dados Oracle 19c e Oracle Multitenant, uma vez que quanto a estes não há qualquer comprovação de que estejam compatíveis com preços de mercado."*
6. Em atendimento à ressalva apontada pelo parecer, citado no item anterior, a Secretaria de Tecnologia da Informação promoveu a juntada das notas fiscais nos IDs 0868780, 0868782, 0868783 e 0868784.
7. Nesse sentido, por tudo o que consta neste feito, atendidas as disposições legais, notadamente as contidas nos artigos 72 e 74, ambos da Lei nº 14.133/2021, e ao entender demonstrada a necessidade e conveniência da contratação em tela, a razoabilidade do preço da contratação, bem como considerando a manifestação da Assessoria Jurídica deste Tribunal, por intermédio do Parecer nº 650 (0861919), cujos fundamentos adoto como razão de decidir, a teor do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/1999, tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria TRE-MT nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018, adoto as seguintes providências:

a) **Aprovo** o Estudo Técnico Preliminar – ETP (ID 0854761), o Gerenciamento de Risco (ID 0854764), bem como o Termo de Referência acostado ao processo no ID 0854762, nos termos previstos no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, bem como ratifico as justificativas colacionadas aos autos para a contratação em apreço;

b) **Autorizo** a contratação direta da empresa **Farnet Informática Ltda (CNPJ – 04.048.361/0001-69)** para a realização da capacitação descrita no item 1, modalidade *online*, no valor de **R\$ 27.000,00** (vinte e sete mil reais), para 02 (dois) servidores, conforme proposta comercial acostada no ID 0730617, com fundamento no artigo 74, III, alínea "f" da Lei nº 14.133/2021, com a consequente emissão da nota de empenho, e demais atos decorrentes desta decisão, **condicionado** à manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

c) **Autorizo** as publicações previstas em lei, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência dos artigos 91, *caput* e 94, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

8. À **Secretaria de Administração e Orçamento**, para a adoção das providências decorrentes da presente decisão e à **CED/SPT** para a mesma finalidade.

Cuiabá, em 12 de dezembro de 2024.

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **MAURO SERGIO RODRIGUES DIOGO, DIRETOR-GERAL**, em 13/12/2024, às 09:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link "[Verificador](#)" informando o código verificador **0869610** e o código CRC **6BD7F3F4**.

12678.2024-9

0869610v2